

A interiorização do movimento abolicionista no Ceará:

um mapeamento dos grupos, sociedades e clubes
abolicionistas no litoral leste cearense (1880–1884)

Pedro Pereira do Nascimento
Patrício Carneiro Araújo

Resumo

No contexto deste trabalho, a ideia de interiorização parte da relação entre espacialidades, metrópoles ou cidade e campo, rural ou litoral. Essa relação se dá a partir da expansão de movimentos políticos, econômicos e sociais. Este trabalho tem como objetivo tratar da interiorização do movimento abolicionista no Ceará, especificamente da região do litoral leste, que no recorte de tempo proposto neste artigo, de 1880 a 1884, era composto pelos municípios de Aquiraz, Cascavel e Aracati. Propomos, então, um mapeamento inicial dos grupos, clubes e sociedades abolicionistas do litoral leste, utilizando como fontes o jornal “O Libertador”. Ademais propomos um debate acerca da centralidade da historiografia sobre a abolição nas espacialidades da capital e da região do Maciço de Baturité.

Palavras-chave: Interiorização, Movimentos abolicionistas, Litoral Leste do Ceará.

The internalization of the abolitionist movement in Ceará:

a mapping of abolitionist groups, societies and clubs on the east
coast of Ceará (1880–1884)

Abstract

In the context of this work, the idea of interiorization stems from the relationship between spatialities, metropolises or cities and the countryside, rural areas, or the coast.

This relationship arises from the expansion of political, economic, and social movements. This work aims to address the interiorization of the abolitionist movement in Ceará, specifically in the eastern coastal region, which, in the time frame proposed in this article, from 1880 to 1884, was composed of the municipalities of Aquiraz, Cascavel, and Aracati. We therefore propose an initial mapping of the abolitionist groups, clubs, and societies of the east coast, using the newspaper *O Libertador* as our source. In addition, we propose a debate on the centrality of historiography on abolition in the spatialities of the capital and the Baturité Massif region.

Keywords: Interiorization, Abolitionist movements, East Coast of Ceará.

Texto integral

Introdução

A História como disciplina se estabeleceu a partir de fundamentos que ao longo dos processos de formação propuseram limites e relações com algumas outras disciplinas dentro do campo das Ciências Humanas, imbricando assim novos conceitos e ideias nas produções historiográficas. Entre essas relações, é importante destacar os intercruzamentos com a Geografia, e com conceitos como espaço, junto a práticas metodológicas como os modelos cartográficos, entre outros. A interiorização é um ponto desses entrecruzamentos entre as disciplinas de História e Geografia, que une espaço e a significância desse espaço a partir de signos que estabelecem o que seria no caso a metrópole — ou cidade — e o interior. Quando pensamos em movimentos históricos e na interiorização, trabalhamos com mobilizações sociais ou ideias que saem de um ponto e se interiorizam, expandindo-se no espaço, se movendo do centro e se estendendo a outro.

Neste trabalho, trataremos do movimento abolicionista na Província do Ceará, que na historiografia ganha destaque pelo pioneirismo em abolir a escravidão em seu território já em 1884, esse destaque se estende também para o senso comum, com o

tratamento do estado como a “terra da luz”. Nessas construções de sentidos e narrativas, essa luz seria a luz relacionada a um passado “emancipalista” e libertador.

Esse ressaltado, na historiografia e também do senso comum, por muitas vezes centraliza o processo abolicionista do Ceará em Fortaleza e na região do Maciço de Baturité. Isso devido às efervescências políticas e jornalísticas da capital da província e pelo pioneirismo da cidade de Acarape em abolir a escravidão, processo que resultaria, entre outras coisas, na criação da cidade de Redenção. Com essa centralidade abrem-se lacunas, como a que vai ser trabalhada neste artigo, de como esse movimento foi se interiorizando para outros espaços na província, no caso da região do litoral leste, que incluía entre 1880 a 1884 os municípios de Aquiraz, Cascavel e Aracati.

O movimento abolicionista do Ceará é marcado principalmente pela criação de sociedades e clubes abolicionistas. Entre os que se tornaram mais conhecidos podemos citar a Sociedade Cearense Libertadora e o Centro Abolicionista. Trata-se de grupos formados pela elite liberal cearense que estiveram presentes junto a esse movimento, o primeiro criando um dos jornais que vai cobrir o processo de abolição em toda província, “O Libertador”, ao qual recorreremos como uma das fontes deste artigo.

Propomos com este trabalho, trazer um mapeamento das sociedades, clubes e grupos abolicionistas presentes no litoral leste cearense de 1880 a 1884, utilizando de uma metodologia cartográfica de representação de informações, seja de processos, dados geográficos ou atividades, isso a partir de uma pesquisa em jornais como “O Libertador” e o “O Cearense”. Com isso, propomos também o debate acerca da relação entre História e Geografia para pensar a ideia de interiorização e como ela é trazida nas produções historiográficas.

Interiorização e abolicionismo

Para pensar a ideia de interiorização trazemos como base a relação entre História e espaço, consequentemente a Geografia, já que é a área de estudo que tem como principal objeto o espaço e suas relações com as ações humanas. Para isso

trazemos o livro “História, espaço e Geografia diálogos interdisciplinares” de José D’Assunção Barros, principalmente o primeiro capítulo “História e Geografia: duas ondas que se abraçam”. Neste livro Barros (2017) apresenta uma cronologia das relações da História com outras áreas das Ciências Humanas em uma dinâmica de interseccionalidade que traz para o interior da História recursos teóricos e metodológicos de outras disciplinas das Ciências Humanas e vice-versa. E assim como Barros (2017) iniciaremos esse percurso no século XIX, em que a História começa a ser firmada como disciplina, e esse marca o período de concretização da História e do historiador profissional, que se desvincula daquela figura geral dos intelectuais iluministas.

Considerando-se o campo da História como disciplina, no início do século XIX tivemos o estabelecimento da primeira cátedra universitária, as primeiras revistas especializadas, a criação e confirmação dos novos termos metodológicos para a fundamentação de análise das fontes e a promoção de um campo de conhecimento. Estava posta uma área científica em que em um ambiente acadêmico buscava com clareza delimitar as fronteiras de sua disciplina, seu campo, objeto de estudos e dimensões temporais.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que a História ainda era muito relacionada à história dos estados-nações, conforme Barros nos relembra, ao afirmar que “Os arquivos sob os auspícios de governantes dos estados-nação, começaram a se institucionalizar por toda parte, e foram os historiadores que receberam a tarefa de organizá-los, de defini-los, de colocá-los a serviço da identidade nacional” (BARROS, 2017, p. 11). Com isso, no século XIX as fronteiras da História estavam colocadas. E aí entra a crítica proposta por Barros (2017, p. 12): “Existe uma hora, todavia, em que as fronteiras ameaçam se transformar em paralisantes limites”, consequentemente, fixando-se em um campo fechado. Mas o século XX traria novidades no campo da produção historiográfica. A interdisciplinaridade dentro do campo das Ciências Humanas ganha corpo no século XX, quando a História entra também nesse contexto,

promovendo a interação entre as disciplinas do campo. Temos aí a ultrapassagem dos limites que vinham sendo impostos pela disciplina.

No início do século XX iniciam-se os diálogos interdisciplinares da História com a Geografia, Sociologia e Antropologia. Com isso as fronteiras estabelecidas se expandem a novas possibilidades. Essa abertura de diálogos da História fez com que na década de 1930 houvesse uma forte relação entre a História e a Economia, isso devido a um contexto de consequências econômicas pós-Primeira Guerra e pela queda brusca da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Essa relação surge por uma demanda social que impulsionou uma história serial e uma história quantitativa.

Em 1950, a História estabelece ou reafirma sua interação, novamente, com a Antropologia e a Literatura e o diálogo se intensifica nos anos 1970. Nessa cronologia um ponto é importante, e como escreve Barros (2017), essas diversas relações interdisciplinares não anulariam as anteriores, fazendo assim o campo das Ciências Humanas dialogarem a partir de uma dinâmica interseccional. Dentre todas essas relações estabelecidas pela História, aquela com a Geografia tem certo destaque, tanto nas ressignificações dentro do campo da História quanto no da Geografia. Tanto que Barros (2017) apresenta ambas as disciplinas como irmãs. Ambas carregam atualmente elementos fundamentais como espaços e sujeitos.

Marc Bloch (1997) em seu livro “Apologia da História” apresenta a definição da disciplina como a ciência que estuda o homem no tempo, frase que ganhou popularidade tanto no âmbito acadêmico quanto no ensino mais básico da disciplina. Nessa frase Bloch rompe com uma compreensão da história somente como examinadora do passado, conforme era tratada anteriormente. Ademais, com essa frase Bloch apresenta dois elementos fundamentais da História, os sujeitos e o tempo. No caso, esse tempo está para além do tempo cronológico, ele ganha corpo principalmente com Fernand Braudel, na delimitação de curta, média e longa duração, categorias que este autor dar a conhecer no livro “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II”, publicado originalmente em 1949.

Mas para além dos sujeitos e do tempo, outro elemento é fundamental na composição da disciplina de História, propondo o enriquecimento dos seus métodos e suas delimitações. Esse elemento é o espaço, objeto de estudo da Geografia. Contudo, quando pensamos a História e suas interseções ao longo dos processos de desenvolvimento da disciplina, assim como Barros (2017), propomos o tripé fundamental da História: sujeitos, tempo e espaço. A Geografia também nessa relação ganha elementos, no caso a Geografia que seria a ciência que estudaria o ser humano no espaço geográfico acrescentaria agora o tempo. Temos aí uma relação mutualística, ou melhor, interdisciplinar, entre essas duas disciplinas, que interseccionam seus elementos fundamentais, mas claro, preservando seus objetos, suas metodologias e suas especificidades, contudo mantendo essas fronteiras não de forma absoluta, mas em constantes diálogos.

A ideia de interiorização, fruto desse diálogo entre História e Geografia, vai estar presente nas produções historiográficas desde clássicos como “A interiorização da metrópole e outros estudos” de Maria Odila Leite da Silva Dias (2005), a todo um campo voltado a historiografia rural. Maria Odila Leite da Silva Dias (2005), em sua obra, analisa os movimentos que contribuíram para a compreensão da América Portuguesa como uma metrópole interiorizada — uma concepção que ganha força a partir da chegada da Família Real ao Brasil. A presença da Coroa Portuguesa no território americano impulsionou uma série de reformas urbanas que reconfiguraram o Brasil colonial como parte integrante de um reino unificado a Portugal. Essas transformações acabaram alimentando um movimento de independência que, embora buscasse autonomia, manteve os interesses das elites locais. Essas elites foram fundamentais para articular uma ideia de pertencimento comum entre as diversas províncias.

No cenário do Brasil independente, como aponta Dias (2005), a figura do Príncipe Regente se consolidou como símbolo de paternalismo e estabilidade política. As elites se aliaram à Corte em busca de legitimação política, autonomia regional sob a égide de um governo centralizado e garantia de seus interesses econômicos — desde a

ampliação dos mercados consumidores até a manutenção da escravidão. Esse governo central também se utilizou de magistrados enviados a diferentes regiões do território — além do Rio de Janeiro — para consolidar sua presença e autoridade nas diversas capitanias. Paralelamente, houve avanços nas estruturas de comunicação e transporte. Como afirma Dias (2005, p. 37): “Essa ‘tarefa’ de reforma e construção absorveu os esforços dos ilustrados brasileiros a serviço da Corte Portuguesa, nela moldaria a geração da independência”.

A relação entre metrópole e colônia desencadeou um processo de interiorização das ideias metropolitanas, que, ao serem incorporadas pela colônia, foram adaptadas e ressignificadas conforme as realidades locais. A presença da Família Real, as reformas promovidas e a tentativa de construção de uma unidade nacional resultaram em um novo processo de interiorização, agora voltado para a formação de uma identidade nacional. Essa identidade, por sua vez, foi conduzida por um governo centralizado que, com o apoio das elites comerciais, buscava garantir e expandir sua influência em todas as províncias do território brasileiro.

Naquele caso, temos processos de interiorização, que caracterizam espaços, a metrópole e a colônia, e utilizam-se deles para pensar a expansão de movimentos políticos, econômicos e sociais que saem de uma espacialidade e se estendem a outra. Quando tratando de interiorização, também podemos pensar o mundo rural e suas abordagens teóricas, que por muitas vezes são atreladas ora a História Econômica, ora História social, trazendo análises referentes à propriedade, posse e exploração da terra.

Ironita Machado (2015) em seu trabalho “O mundo rural: uma proposta de investigação historiográfica”, aponta três abordagens teóricas que predominam: a história da agricultura, é voltada aos estudos da tecnologia e economia da produção por meio de métodos de produção e organização; a história agrária, que se ocupa de pensar a estrutura social rural, as formas de apropriação e uso da terra, condições jurídicas e sociais dos trabalhadores rurais, sempre enfatizando as relações do mundo do trabalho; a história rural, que trata das relações sociais, econômicas e políticas das sociedades,

especialmente das sociedades pré-industriais, propondo estudos macro e microeconômicos da produção, distribuição e circulação no setor agrícola da economia, considerando os objetos e problemas de pesquisa das duas anteriores. A história agrária, é importante ressaltar, vem se articulando com a história local e regional e sobre essas duas áreas Machado (2015, p. 02) escreve:

Na sua especificidade a História local e regional propõe estudar atividades de grupos sociais historicamente constituídos — assentados numa base territorial e com identidades culturais, de organizações comunitárias, de práticas econômicas — identificando suas interações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica.

O debate sobre o interior rural, sua caracterização relacionada ao mundo agrícola, as especificidades relacionadas ao trabalho, a relação entre posse e terras e entre outros são elementos que compõem o entendimento acerca desse mundo agrário. Todo esse contexto, não está apartado de uma estrutura geral, se mantém em relação, como coloca Machado, com interações com exterior a esse mundo agrícola, que podem estender seus movimentos de uma espacialidade para outra e vice-versa. Quando se trata de interiorização no processo abolicionista podemos puxar de uma escala espacial ampla, como a influência do movimento abolicionista inglês que se baseou na organização de grupos ou sociedades abolicionistas e trouxe essa influência para os países que no século XIX estavam dentro da sua esfera de influência, como o Brasil.

Alguns estudos foram fundamentais para refletir sobre a interiorização do movimento abolicionista, especialmente o livro “Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo”, de Seymour Drescher (2010). Embora o foco principal do livro seja os processos abolicionistas na Inglaterra, ele também aborda como esse movimento se expandiu e se interiorizou em outras regiões, incluindo o Brasil, que foi uma das nações que receberam grande influência das ações políticas do século XIX dessa potência mundial.

Uma das ações inglesas diplomáticas de destaque, com interesses econômicos e políticos, ocorreu ainda na primeira metade do século XIX, visando acabar com o tráfico negreiro pelo Atlântico. Essa iniciativa seguiu um modelo adotado na Grã-Bretanha, que, durante seu processo de emancipação, eliminou inicialmente o tráfico de escravizados da África para a metrópole e para as colônias britânicas. A pressão do governo britânico para o fim do tráfico negreiro também atingiu Portugal, que negociou com os ingleses para atender às exigências sem perder sua moral perante a população. Assim, em 1842, por meio de um tratado, Portugal comprometeu-se a acabar com o tráfico, declarando-o equivalente à pirataria.

Os esforços diplomáticos britânicos para acabar com o tráfico negreiro tiveram impacto direto também no Brasil, que aboliu oficialmente o tráfico transatlântico em 1850 com a lei Eusébio de Queiroz. Além disso, esse processo alimentou os debates abolicionistas no país, levando à criação, no mesmo ano, de uma organização chamada “Sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas” (Drescher, 2010), marcando assim um movimento de expansão ou interiorização dos ideais abolicionistas que saíram de uma grande metrópole do século XIX, que era a Inglaterra, para fomentar o movimento no Brasil.

Diminuindo essa escala, o Brasil no século XIX também estava com debate aflorado acerca do processo abolicionista, devido às insurreições das populações escravizadas em todo território nacional como a Revolta dos Malês em 1835, a Balaiada em 1838–1841, além de revoltas em outros países como a Revolução Haitiana entre 1791 e 1804. Ademais, todo referencial liberal que se estendia para o Brasil, vindo das grandes metrópoles, também favoreciam esses debates, promovendo assim movimentos políticos em busca de uma ruptura da estrutura de trabalho, tentando organizar vagarosamente o Brasil numa estrutura capitalista industrial, com isso promovendo a superação do trabalho escravizado. E a província do Ceará não estava alheia a tudo isso. Contudo, antes de entrarmos no abolicionista do Ceará é importante contextualizar a estrutura escravocrata desse período na província.

Escravidão e abolicionismo no Ceará

No final do século XVIII, o Ceará já se encontrava no cenário do mercado colonial, tendo como força de trabalho os nativos, os homens negros e livres e também cativos africanos. O trabalho era fundamentado não somente por uma mão de obra escravizada, mas também trazia pessoas livres para a produção, principalmente com a expansão das plantações de algodão, fazendo com que a presença da população negra da província não se resumisse somente a cativos, mas junto a eles um contingente de negros livres. Apesar das dificuldades decorrentes das omissões e lacunas nas estatísticas levantadas, foi possível perceber que a população escrava no Ceará, apenas em 1817, segundo dados apresentados por Artur Ramos, chegou a 28% da população, não superando em outros momentos a casa dos 20%, decaindo já a partir da década de 1840, chegando em 1872 a 4,4% mantendo este nível até 1883/1884 quando ocorre a libertação dos cativos (Funes, 2007, p. 108).

Nesse contexto, a relação constante do trabalho livre e escravo fundamentará a economia na província. Contudo, é importante ressaltar que “a mão de obra escrava no Ceará se faz presente em todo o campo de trabalho, seja no espaço rural ou no urbano” (Funes, 2007, p. 110). Esses escravizados trabalhavam na produção agrícola do algodão, da farinha, arroz, milho e feijão, na execução de serviços domésticos nas casas dos fazendeiros, atuavam como escravizados de aluguel e de ganho prestando serviços remunerados na cidade e vendendo os produtos das fazendas.

Em 1881, a partir dos dados disponibilizados por Funes (2007), 8.424 escravizados, dos 24.245 registrados, estavam ligados às atividades rurais, 4.734 trabalhavam em atividades urbanas. Junto a esses dados chama-se atenção para Fortaleza, Aracati, Saboeiro e Acaraú, que concentravam a maioria de suas populações cativas no ambiente urbano. Em 1883, a quantidade da população cativa estava em queda. Nas cidades, o trabalho escravo ajudava como complemento da renda das famílias do senhor,

como escravo de aluguel e de ganho. Junto a isso os escravizados faziam na cidade trabalhos como pedreiros, marceneiros, alfaiates e sapateiros.

Sobre o movimento abolicionista no Ceará, ele já foi fruto de um debate que permeava em todo o Brasil na segunda metade do século XIX, com leis como Eusébio de Queiroz, dos Sexagenários e do Ventre Livre já davam um tom dos objetivos de uma parte da elite liberal brasileira acerca dos destinos da escravidão no Brasil imperial. Diante disso, “Não tardaria para que no Partido Liberal surgisse uma ala favorável à emancipação dos escravos” (Costa, 2008, p. 42), mesmo que houvesse uma resistência dos conservadores e de grupos presentes também no Partido Liberal. Ao redor do movimento liberal e abolicionista, havia uma forte pressão internacional, especialmente da Inglaterra, que via na Revolução Industrial e nas mudanças das relações políticas um processo de avanço que influenciou os intelectuais brasileiros e os partidos políticos do país.

No Ceará, além dessas questões, enfrentava-se o problema das secas, que contribuíram para fortalecer o movimento abolicionista. Durante a Grande Seca, a escravidão perdeu parte de sua legitimidade, pois “seus proprietários viram os escravos como inúteis e onerosos” (Miles, 2011, p. 167). A seca mencionada ocorreu entre 1877 e 1879, e de fato, esses períodos de seca influenciavam significativamente os rumos da economia e do poder na província na última metade do século XIX. Nesse contexto, se formaram vários grupos defendendo a abolição. Para os abolicionistas as políticas reformistas:

Foram tema de inspiração; para outros, instrumento político. Para uns, o abolicionismo deu público; para outros, um eleitorado. Para todos, foi um modo de condenar o “atraso e a ignorância” da sociedade brasileira e de se identificarem com a causa do “progresso e da civilização” europeia (Costa, 2008, p 110).

No Ceará, é necessário destacar grupos como a Sociedade Cearense Libertadora e o Centro Abolicionista que estiveram presentes nas ações emancipatórias e suas

coberturas jornalísticas, além dos outros que veremos no tópico do mapeamento dos movimentos abolicionistas. O principal dilema da Sociedade Cearense Libertadora era o tráfico interprovincial de escravizados. O Ceará diminuía a quantidade de cativos motivados pelas secas no fim da década de 1870, enquanto isso, o Rio de Janeiro e São Paulo, apresentando um dinamismo maior na economia, necessitavam cada vez mais de escravizados e fomentavam o comércio interno, de província para província, já que o comércio transatlântico foi proibido pela lei Eusébio de Queiroz em 1850.

Neste contexto, o Ceará passou a ser um dos principais exportadores de escravizados do Brasil na década de 1880. Martins (2002, p. 131–132) a respeito disso escreve:

A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o Sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra província, exceto o Rio Grande do Sul.

A Sociedade Cearense Libertadora se deparava com esse contexto, mas o grupo foi crescendo e ganhando esferas de influências em outros municípios além da capital da província, exemplo disso era o município de Canindé, que além de ter uma comissão representante na Sociedade Libertadora Cearense, possuía um movimento das Senhoras Libertadoras (MARTIN, 2014). No início da década de 1880 os municípios cearenses, baseados nas elites locais, iniciaram uma corrida pelo pioneirismo na libertação dos escravizados, era a saída de um estado de atraso moral e econômico e para isso se organizavam a partir de grupos abolicionistas locais (MARTINS, 2014).

O processo de abolição compactuando com as elites, fez com que até os jornais conservadores entendessem a abolição como um passo para a civilidade. Nas vésperas do 25 de maio de 1884, programava-se e divulgava-se festas, bailes, espetáculos para as elites, que faziam festas após a arrecadação de fundos para alforriar os escravizados, propondo o fim da escravidão na Província do Ceará.

Em síntese, quando pensamos a ideia de “interiorização” vemos a relação interdisciplinar entre História e Geografia, devido à relação interseccional entre seus elementos, sujeitos, tempo e espaço. Essa interiorização é trazida pelas produções historiográficas a partir do entendimento acerca da ideia de “interior”, que geralmente é caracterizado muitas vezes atrelado ao mundo rural e às práticas agrícolas. Mas, além disso essas espacialidades mantêm relações com outras, seja com cidades ou as grandes metrópoles, compartilhando de movimentos político, econômicos e sociais, conforme bem explicou Raymond Williams, em conhecido texto sobre as relações existentes entre o campo e a cidade.

Quando se trata da interiorização do movimento abolicionista, há possibilidades de trabalho com grandes e pequenas escalas. Como, por exemplo, o movimento abolicionista que sai de uma grande metrópole como a Inglaterra no século XIX e se estende para o Brasil, ou um movimento que se estabelece na capital de uma província e se estende para o interior. No caso específico deste trabalho, estamos analisando um movimento estabelecido na capital do Ceará com todas suas efervescências políticas e jornalísticas que se estendeu, ou se interiorizou, para a região do litoral leste cearense.

Mapeamento das sociedades abolicionistas no Ceará

O Ceará carrega dentro da sua história o pioneirismo no processo abolicionista, fator que fez com que esse espaço fosse palco para muitas produções historiográficas. Geralmente, grande parte dessas produções traz como principal espaço a cidade de Fortaleza e a região do Maciço de Baturité, principalmente a cidade de Redenção, que ainda usufrui desse passado “abolicionista”. Exemplo disso foi a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) naquela cidade, em 2010. Para além das disputas políticas estabelecidas no Congresso Nacional entre políticos do Ceará e da Bahia, é consenso que um dos motivos que definiu a

prerrogativa do Ceará em receber a UNILAB foi seu passado vinculado ao dito “pioneirismo” na abolição da escravatura.

Para apresentar essa centralidade analisamos um dos trabalhos divulgados pelo Instituto do Ceará, que trata das questões históricas e geográficas do Estado. O título desse documentário é “Cronologia da abolição no Ceará”, produzido por João Hipólito C. de Oliveira que vem de uma coleção de artigos e documentários da Revista do Instituto do Ceará — tomo especial 1984, referente ao 1º centenário da abolição dos escravos no Ceará. É importante também ressaltar que o Instituto do Ceará de certa forma carrega uma historiografia das elites e favorece a história das instituições, uma história oficial. Mesmo assim, foi fundamental para destrincharmos essa ideia de centralidade de um movimento social de rompimento de uma estrutura de trabalho envolvendo movimentos políticos e jornalísticos em um espaço. Com esse entendimento partiremos para a apresentação do movimento abolicionista para além deste centro.

Nosso recorte parte de 1880 e se estende até 1884, mas é importante destacar que alguns eventos acontecem antes disso a respeito do processo abolicionista. Em 1850 temos a leitura da proposta do deputado Pedro Pereira Silva Guimarães, natural de Aracati-CE a respeito da libertação do ventre das escravizadas, proposta que no mesmo ano foi negada por grande maioria dos deputados, já que, dos 83 apenas 5 foram a favor. Em 1852 é tentado novamente o projeto de libertação do ventre escravizado por Pedro Pereira da Silva Guimarães, mas também é negado.

Em 1868, é sancionado pelo presidente da província, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque a Resolução n.º 1254 que autorizava a presidência da província a doar quinze contos de réis anualmente para a emancipação de escravizados que fossem nascendo, principalmente mulheres. Em 1869 são criadas comissões para tratar das aplicações deste fundo em quase toda a província. Em 1870, surge no Ceará a primeira sociedade abolicionista, a Sociedade Libertadora de Baturité, sendo sua presidência

ocupada pelo Padre Raimundo Francisco Ribeiro. No mesmo ano surge também a Sociedade Manumissora Sobralense, que tinha como presidente Tomás de Paula Pessoa.

Em 1871 é instituída a Lei do Ventre Livre, que libertava os ventres escravizados no Brasil a partir daquela data. Tudo isso mostra que as ideias abolicionistas estavam presentes tanto no contexto nacional do Brasil Imperial quanto no espaço local da província do Ceará. Mas um ponto é importante dentro dessa cronologia, em 1879 o deputado baiano Jerônimo Sodré Pereira solicitou uma votação para o fim imediato e total da escravidão, mas dos 77 deputados que votaram, apenas 16 foram a favor. Entre eles não tinha nenhum deputado da província do Ceará.

A política era um espaço de disputa em que grupos estavam por muitas vezes com os grupos escravocratas, mesmo o século XIX sendo marcado pelas efervescências liberais e sua busca pelo “progresso”, baseado nas grandes metrópoles e sociedades capitalistas. Tinha-se, então, um contexto político estabelecido. De um lado estavam os movimentos políticos entrelaçados na estrutura escravocrata, envolvidos nos interesses dos grandes produtores agrícolas locais e partidos conservadores. Do outro, temos os movimentos liberais que buscavam um rompimento na estrutura de trabalho, tratando-a como uma evolução, um progresso que encaminhará para um avanço social e econômico a sociedade brasileira no período.

A partir disso entendemos o Ceará na segunda metade do século XIX, é um período de mudanças tanto em contextos nacionais quanto locais, os movimentos políticos se punham em disputa, entre liberais e conservadores, o cientificismo e o abolicionismo ganhavam palco de debate, como já foi visto acima, e os movimentos jornalísticos começam a agitar uma elite cearense a partir de matérias que carregavam um caráter opinativo e político que reforçaram ainda mais as disputas políticas.

Este processo é apresentado a partir do livro “Uma nova História do Ceará”, principalmente do capítulo “O Ceará na segunda metade do século XIX”, de autoria de Celeste Cordeiro (2015), que enfatiza o fato de movimentos jornalísticos sempre caminharem paralelamente aos movimentos políticos ou qualquer modificação presente

no Ceará no período. Sobre essa tendência jornalística, Cordeiro (2015, p. 136) explica que.

Nessa época, os jornais, junto com os livros, se fortalecem como vetores de autonomização moral da sociedade, principalmente frente aos ditames da igreja, e de formação do povo como o novo sujeito da era político-eleitoral que começava então e que perdura até hoje.

Além dos avanços nos meios de comunicação, as mudanças urbanas chamavam muita atenção, principalmente na capital Fortaleza, que aos poucos foi se edificando de prédios com padrões que marcavam o processo de evolução urbana. Na década de 1840, Fortaleza já assumia um papel de liderança política e econômica na província (Cordeiro, 2007).

Esse cenário de mudanças é advindo de uma política de prosperidade, que também atingiu outras partes da província como Icó e Sobral. Essa política é fruto de uma mudança na elite da província, que a partir da criação do curso jurídico em Olinda, em 1827, e que depois transferiu sua sede para Recife, fez com que houvesse uma renovação nos interesses e ideias desses grupos, já que os cearenses começaram a frequentar esse curso de Direito, junto a outros no Sudeste do Brasil. Esses novos formados vão herdar os latifúndios de suas famílias e vão compor a classe política cearense e brasileira e ditar os rumos da política na província do Ceará durante a última metade do século XIX.

Para uma construção de entendimento de como estava estruturada a política no Império, destaco a partir dos escritos de Cordeiro (2007) que a política seguia a constituição de 1824, em que as províncias eram divisões territoriais subordinadas ao império, obedecendo às indicações como a escolha de presidente da província e secretário de governo advinda da liderança do Império, sendo essas indicações baseadas nas relações políticas e econômicas locais com as esferas maiores no Brasil imperial.

“Com a vigência de novas instituições políticas no Brasil imperial, os fazendeiros passam a integrar nas facções e partidos, tomando parte no processo eleitoral e na

disputa do poder provincial local” (Cordeiro, 2007, p. 140). A partir desse momento os fazendeiros e seus respectivos herdeiros vão compor dois grupos: conservadores e liberais. A política se configurava em uma estrutura oligárquica onde as elites eram compostas principalmente por pessoas com formação superior, isso facilitava a entrada desses grupos na política, já que quem constituía a cena partidária eram pessoas intelectuais que pertencessem a algum grupo familiar com capital e que tivesse apoio do governo central, sendo que esses mesmos grupos vão estar presentes nas discussões e pautas políticas, como é o caso do processo abolicionista.

Compreendido esse contexto político, voltemos à nossa cronologia, novamente nos utilizando do documento do Instituto do Ceará, agora entrando no recorte de tempo do nosso artigo, de 1880 a 1884. Em 1880 é fundada a Sociedade Cearense Libertadora, tendo como presidente João Cordeiro e vice José Correia do Amaral. No ano seguinte é circulado o jornal “O Libertador”, vinculado à Sociedade Cearense Libertadora, tendo como redatores figuras como Antônio Bezerra de Menezes, poeta, cronista, jornalista, historiador e pertencente à Sociedade Cearense Libertadora como 2º secretário.

No dia 27 de janeiro de 1881 é dita por Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, a frase que se torna célebre: “No porto do Ceará não se embarcam mais escravos”. Isso devido à presença do navio Espírito Santo que levaria escravizados para o Sul do país. Essa frase marca a presença dos jangadeiros no movimento abolicionista, tendo como figuras mais visadas o próprio Francisco José do Nascimento e José Luís Napoleão, que foi um ex-escravizado.

No dia 30 de janeiro de 1881 é feita uma reunião com os membros da Sociedade Cearense Libertadora, em que João Cordeiro, presidente da sociedade exige um juramento propondo aos membros lealdade para a luta em prol do movimento abolicionista, isso a qualquer custo, e entre esses custos o estabelecimento do conflito com o governo, fazendo com que os membros que tivessem vínculo com o governo provincial saíssem da sociedade.

Em maio de 1882 funda-se o Club dos Libertos, que “serviu para congregar elementos da sociedade que normalmente não teriam uma voz pública, dando ao movimento abolicionista cearense a aparência e consistência de um movimento organizado e realmente popular” (Miranda, 2020, p.227). Entre os membros desse clube estava José Luiz Napoleão, que pertenceu ao movimento dos jangadeiros contra a venda de escravizados. Em 14 de dezembro funda-se em Acarape a Sociedade Redentora Acarapense e ainda em dezembro constitui-se também a Libertadora Artística Acarapense. Esses movimentos foram fundamentais para o processo das alforrias em Acarape, promovendo o pioneirismo do município. Em 19 de dezembro de 1882 ocorreu a reunião para a fundação do Centro Abolicionista, abrigando pessoas que não se identificavam com a Sociedade Libertadora Cearense e suas pautas, consideradas mais radicais, o Centro abolicionistas pensava num encaminhamento mais ordeiro para a abolição no Ceará. Em 18 de dezembro de 1883 é fundada, na presença do abolicionista de repercussão nacional José do Patrocínio, a Sociedade das Cearenses Libertadoras, que era composta por mulheres da elite cearense tendo representantes de vários lugares da província, mas principalmente da capital.

Essa cronologia abarca alguns movimentos abolicionistas presentes na província do Ceará, mas esses movimentos se concentram principalmente em uma espacialidade voltada à capital e região do Maciço de Baturité. Contudo, o processo de escravização estava posto por todo território da província cearense. Justamente por isso, todos os territórios da província também estabeleceram movimentos abolicionistas, é só observar o “Quadro de Luz” exposto pelo jornal “O Libertador” em 1884, em que apresenta as datas das abolições em cada município do Ceará.

Imagem 1- Recorte do Jornal “O Libertador” com dados sobre as alforrias no Ceará

QUADRO DE LUZ			
A escravidão é um roubo.			
MUNICÍPIOS LIVRES	Datas de suas libertações	Escravos existentes em 1884 — Relatório do senador P. Leão Vellozo	
1 Acarape	1 de Janeiro de 1883	...	115
2 S. Francisco	2 de Fevereiro	...	327
3 Pacatuba	2	...	218
4 Ico	25 de Março	...	731
5 Baturité	25	...	789
6 Maranguape	20 de Maio	...	817
7 Soure	3 de Junho	...	...
8 Fortaleza	24 de Maio	...	1.273
9 Messejana	20	...	...
10 Aquidauã	23	...	159
11 Pedra-Branca	8 de Junho	...	157
12 Pereiro	27 de Setembro	...	455
13 Vigosa	20	...	323
14 Canindé	4 de Outubro	...	516
15 Pentecoste	8 de Dezembro	...	...
16 S. Pedro de Ibiap.	11 de Outubro	...	135
17 S. Benedito	...	...	153
18 Varzea-Alegre	22	...	993
19 S. Mathheus	27 de Dezembro	...	...
20 Brejo-secco	31	...	1.132
21 Jaguaribe-mirim	31	...	559
22 Trahirá	1 de Janeiro 1884	...	259
23 Sobral	2	...	2.399
24 Santa Quitéria	...	...	826
25 Aracaty	2 de Janeiro	...	1150
26 União	2	...	...
27 Cachoeira	8	...	500
28 Lavras	8	...	768
29 Tamboeril	18	...	614
30 São Anna	26	...	944
31 Independência	28	...	301
32 Camocim	31	...	413
33 Cascavel	31	...	897
34 Morada-Nova	31	...	307
35 Acarahu	31	...	440
36 S. Bernardo	2 de Fevereiro	...	1972
37 Graja	10	...	413
38 Quixeramobim	...	...	1924
39 Boa-Viagem	...	...	...
40 Iguaçu (Telha)	...	...	251
41 Maria Pereira	...	...	538
42 Raphaela	...	...	356
43 Palma	...	...	414
44 Riacho do Sangue	...	...	451
45 Quixadá	...	...	298
46 Príncipe Imperial	...	...	127
47 S. João do Príncipe	...	...	978
48 Imperatriz	...	...	882
49 Crato	...	...	835
50 Ipa	...	...	736
51 Assaré	...	...	512

Fonte: Jornal Libertador (1884).

Esse quadro traz alguns dados além dos apresentados na cronologia feita Oliveira (1984), que apresenta datas de municípios que aboliram a escravidão até o final do ano de 1883. Observando a tabela acima vemos que muitos municípios ficaram de fora. É baseado nesse documento oficial, promovido por uma instituição também oficial, a qual é o Instituto Cearense de História, que vemos uma centralidade da historiografia cearense baseada em Fortaleza e na região do Maciço de Baturité. Utilizamos um recorte de 1884, isso também nos faz questionar e atualmente como a historiografia localiza seus recortes espaciais a respeito do movimento abolicionista no Ceará. Em se tratando dos estudos realizados sobre esse tema, a tabela abaixo traz dissertações e teses mapeadas a respeito da abolição no Ceará e espacialidades recortadas.

Título	Autor(a)/ano	Recorte espacial	Repositório
Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz”: ensino de história e memórias do pós-abolição no enfrentamento à invisibilização afrocearense.	Héctor Cândido Oliveira Barreto/2023	Urbano-Fortaleza	Repositório da UFC. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72014
Os párias da modernidade na “terra da luz”: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877–1912)	Eylo Fagner Silva Rodrigues/2018	Urbano-Fortaleza	Repositório da UFC. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/35110
Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)	Luciana Andrade de Almeida/2008	Urbano-Fortaleza	Repositório UFC. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2911
Invenção da liberdade: o instituto histórico do Ceará e o discurso racial no I centenário da abolição (1984)	Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento	Urbano	Repositório UECE. Disponível em: https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84263
O Museu Senzala Negro Liberto e a memória da escravidão e abolição no município de Redenção-Ceará	Jorge Luiz Oliveira Lima/2025	Rural-Redenção	Repositório UECE. Disponível em: https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=118859
Gloria in excelsis! o Ceará é livre!”: o espetáculo da abolição na imprensa cearense	André Victor da Silva Oliveira/2022	Urbano	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: https://acesse.one/2krpu

Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense	Paulo Henrique De Souza Martins/2012	Rural-Santa Quitéria	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: https://www.historia.uf.br/stricto/td/1641.pdf
Terra da Luz: a abolição da escravidão no Ceará a partir do discurso político (1870-1888)	Mariana de Oliveira Sousa/2014	Urbano	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1361377
O Dragão do Mar na Terra da Luz: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)	Patrícia Pereira Xavier/2010	Urbano	Repositório da PUC SP. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13206

Essa pesquisa foi feita em repositórios de universidades cearenses e também no catálogo de teses e dissertações da CAPES, utilizando como pesquisa as palavras-chave: “Abolição e Ceará”. E podemos observar que boa parte dos trabalhos concentram suas atenções ao ambiente urbano, seja no movimento político, literário e jornalístico. Isso abre uma lacuna, de como ocorreu o processo abolicionista no restante da província, ou melhor, como esse movimento se interiorizou. O documentário apresentado inicialmente quando trata do movimento abolicionista traz uma série de grupos, clubes e sociedades como a Sociedade Libertadora de Baturité, Sociedade Manumissora Sobralense, Sociedade Cearense Libertadora, Sociedade Redentora Acarapense, Libertadora Artística Acarapense. Centro Abolicionista, Club dos Libertos, Sociedade das Cearenses Libertadoras. Essas são tratadas como auxiliadoras para o processo abolicionista, mesmo com todas suas influências liberais que os traziam para longe da

[SERTÃO HISTÓRIA \(ISSN 2764-3956\) – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.4, N.8, jul.-dez. 2025.](#)

figura de heróis, mas sim buscadores de uma tentativa de mudança da estrutura de trabalho, favorecendo a estrutura de geração de capital.

Traremos agora também um mapeamento das sociedades, clubes e grupos abolicionistas do Ceará, mas focadas na região do litoral leste. E quando falamos sobre mapeamento é sempre importante ressaltar, assim como Prado Filho e Kleber Teti (2013) colocam, que a cartografia tradicional está relacionada ao campo da geografia e busca oferecer um conhecimento mais preciso possível, fundamentado em bases matemáticas e estatísticas, utilizando instrumentos e técnicas avançadas. Sua principal função é elaborar mapas que representam territórios, regiões e suas fronteiras, além de demarcar áreas, topografia e acidentes geográficos. Além disso, a cartografia pode mostrar a distribuição da população em um espaço, destacando características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras. O mapa, como representação de um território e de sua população, é uma ferramenta essencial tanto na Geografia física quanto na Geografia humana, especialmente na Demografia.

Trataremos aqui de uma cartografia social que, de acordo novamente com Prado Filho e Kleber Teti (2013, p. 47),

Liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade.

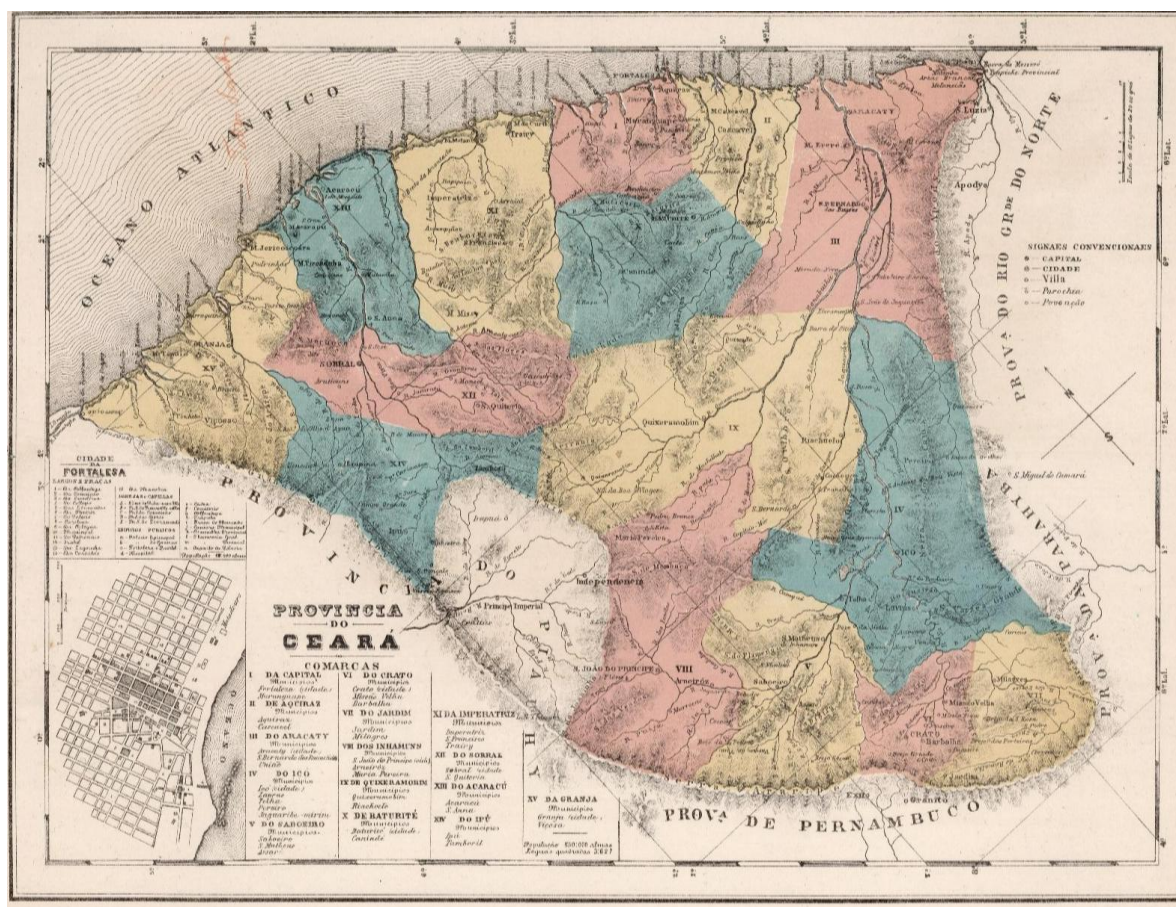
Ademais, trabalharemos com jornais, uma vez que o mapeamento dos grupos abolicionistas parte de fontes jornalísticas, principalmente do jornal “O Libertador” que era ligado à Sociedade Cearense Libertadora. Com isso é importante trazer contextos das nossas fontes. Seguindo um passo a passo, como propõe Rafael Saraiva Lapuente (2015), a respeito da utilização do jornal impresso como fonte de pesquisa. O primeiro passo é a catalogação dos jornais e o motivo da utilização deles para o trabalho, e novamente a utilização do jornal “O Libertador” é devido ele ser o principal jornal que

cobre o movimento abolicionista no Ceará. O segundo passo é historicizar, já que a imprensa não é uma repetição das notícias, porque as informações passam por um processo de organização partindo de filtros específicos até a sua exposição. Com isso, é importante analisar o que está por trás dos jornais, o grupo de proprietários, as ideias que fundamentam a edição, os redatores e os jornalistas.

O Jornal “O Libertador”, assim como a Sociedade Cearense Libertadora, carregava consigo ideais liberais, desde seu presidente, João Cordeiro, aos redatores como Antônio Martins e Antônio Bezerra de Menezes. Consequentemente, os grupos que aparecem no jornal tinham algum vínculo ou proximidade com o grupo detentor do jornal. Cabe advertir que mapeamento das sociedades, clubes e grupos abolicionistas no litoral leste fazem parte da nossa pesquisa para a produção da dissertação do mestrado em História, Cultura e Espacialidades, trazem dados iniciais da pesquisa.

O mapa abaixo apresenta uma estrutura territorial da província do Ceará em 1868, consequentemente abarcando territorialmente o litoral leste cearense, o uso dessa representação espacial gráfica é para uma melhor identificação dos territórios no período do nosso recorte. O mapa é de 1868, mas consegue apresentar como estava posta a divisão política espacial que no litoral leste entre 1880 a 1884. Os municípios atuais de Beberibe e Pindoretama faziam parte de Cascavel e Fortim e Icapuí faziam parte de Aracati.

Imagem 02- Carta corográfica da Província do Ceará (1868)



Fonte: Coleção de Mapas Históricos de David Rumsey.

Cascavel, conforme o mapeamento, teve dois movimentos: a Sociedade Libertadora Sucatinguense (O LIBERTADOR, Correspondência, 1883) e o Club Cascavelense Libertador (O LIBERTADOR, S. Libertadora, 1883). A primeira foi fundada no dia 10 de julho de 1883, no povoado de Sucatinga, tendo como presidente Firmino José de Lima, que era inspetor de escolas do povoado. Sucatinga nesse período fazia parte de Cascavel, mas atualmente faz parte de Beberibe. A informação do surgimento dessa sociedade é trazida pelo jornal “O Libertador”, na edição 00160 (1), que informa seu surgimento e as alforrias de vinte e um escravizados, sem remuneração do fundo de emancipação.

O Club Cascavelense Libertador fez parte do processo de abolição em Beberibe, que à época fazia parte de Cascavel, sendo citado pelo jornal “O Libertador”, na edição

00148 (1). Ele foi criado no ano de 1883 e tem associado nomes de políticos como Francisco Ribeiro Bessa, o Cônego Bessa, deputado da província do Ceará na década de 1880. Em 1881, Cascavel, a respeito da estrutura escravocrata, estava entre os 15 municípios da província em número de escravizados, com aproximadamente 807, dados esses vindos das tabelas do fundo (O CEARENSE, 1881) de emancipação.

Sobre Aracati, temos primeiro que destacar que Fortim e Icapuí fizeram parte do seu território no período da década de 1880. Dois movimentos fizeram parte do processo abolicionista nesse município, foram o Círculo Catholico e Club Abolicionista do Aracaty. Esses dois movimentos foram encontrados nas matérias do jornal “O Libertador” sobre as festas em comemoração do dia da abolição total da província do Ceará. Nessa matéria mostra-se a organização dos grupos, principalmente o Círculo Catholico, na comemoração dessa data, em que evocam esse ato tratado como revolucionário e mais um passo para a evolução da sociedade cearense (O LIBERTADOR, S. Libertadora, 1884).

Aracati possuía uma população de 1159 escravizados em 1884, no ano da abolição no município, dado que se encontra no Quadro de Luz, apresentado anteriormente. Número esse que o colocava entre as maiores populações escravizadas da província. Sobre Aracati é importante ressaltar também sua importância política e econômica, devido ao seu porto, suas rotas da carne e o histórico de políticos abolicionistas como Pedro Pereira, citado no início, e Júlio César, que também esteve envolvido nas pautas abolicionistas na província do Ceará.

Já Aquiraz teve no seu processo abolicionista a Sociedade Aquirazense Libertadora (LIBERTADOR, 1881). É importante ressaltar a relevância histórica de Aquiraz para a história cearense, sendo a primeira vila da capitania e, posteriormente, a primeira capital do estado. Aquiraz foi criada em 1699 sendo elevada à categoria de vila, tendo servido como sede administrativa da Capitania do Siará Grande até 1726, quando a capital foi transferida para Fortaleza. Aquiraz em 1883 possuía uma população escravizada de 449, dados apresentados também no quadro de luz acima. Esse foi o

mapeamento feito a respeito das sociedades, clubes ou grupos abolicionistas do litoral leste, promovendo assim uma contribuição para o debate sobre o movimento abolicionista em outras espacialidades, principalmente para o litoral leste cearense.

Conclusão

A ideia de interiorização é fruto da interseccionalidade entre a História e a Geografia, da relação entre os seus elementos: sujeitos, tempo e espaço. A relação entre as espacialidades marca uma conexão para além das margens fixas territoriais, sendo que elas dialogam a partir de movimentos políticos, econômicos e culturais que se expandem de um lugar para o outro. A interiorização do movimento abolicionista seria nesse caso o processo de expansão dessas ideias nas espacialidades, que de certa forma pode ser trabalhado desde escalas maiores a menores. No caso deste trabalho, pensamos num movimento que se estabelece na capital da província do Ceará e se expande para o interior, nesse contexto o litoral leste cearense. Mas que carrega elementos basilares do movimento abolicionista como a sua associação com o movimento liberal.

Esse estabelecimento do movimento abolicionista na capital cearense fez com que houvesse uma centralidade das produções historiográficas sobre esse espaço relacionado a temática, junto a capital, a região do Maciço de Baturité também entrou nessa centralização da espacialidade devido seu pioneirismo na abolição, abrindo assim uma lacuna de como ocorreu o processo de abolição em outros espaços, ou como o movimento abolicionista se interiorizou. Este artigo toca nessa lacuna, tomando como espaço a região do litoral leste do Ceará no recorte de 1880-1884, que abrigava os municípios de Aquiraz, Cascavel e Aracati. Os documentos analisados, a cronologia da abolição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará junto do mapeamento dos trabalhos acadêmicos, de certa forma não abarcavam os movimentos que fizeram parte dos processos abolicionistas dessa região, abrindo espaço para uma busca dos grupos, sociedades e clubes que fizeram parte desses movimentos.

Com isso trazemos um mapeamento dos movimentos abolicionistas presentes em Aquiraz, Cascavel e Aracati, nos utilizando da cartografia social, novamente utilizando das relações entre História e Geografia, destacando grupos como a Sociedade Aquiraense Libertadora, a Sociedade Libertadora Sucatinguense, Club Cascavelense Libertador, o Círculo Catholico e o Club Abolicionista do Aracaty. Com isso, propomos somar com os estudos acerca da abolição no Ceará, mas expandindo a pesquisa para outras espacialidades.

Referências e fontes

- BARROS, José D.'Assunção. **História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares**. Editora Vozes Limitada, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRAUDEL, Fernand et al. **O Mediterrâneo: Espaço e História**. 1989.
- CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. in SOUZA, Simone (org.). **Uma nova História do Ceará**. 4. ed-Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 135-161.
- COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. 8ª ed., São Paulo: Ed.Unesp, 2008.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. in SOUZA, Simone (org.). **Uma nova História do Ceará**. 4. ed-Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 103-132.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **Encontro Nacional da História da Mídia**, v. 10, 2015.
- MACHADO, Ironita P. O mundo rural: uma proposta de investigação historiográfica. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 28, 2015.
- MARTINS, Paulo Henrique de Souza. Processo de abolição no ceará: história, memória e ensino. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2014.
- MILES, Tshombe. **A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.
- MIRANDA, Licínio Nunes de. O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881–1884. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v., n, p. 227-254, 2020.
- OLIVEIRA, João Hipólito C. Cronologia da abolição no Ceará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**, Fortaleza, 1984, p. 142-162.
- PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p. 45-49, 2013.

WILLIAMS, Raymond. Campo e cidade; Cidades e campos. In: WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 11-21; 471-500.

Fontes

Jornal O Cearense, Título: Fundo de emancipação dos escravos. Ano: 1881. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=alforria%20casca vel&hf=memoria.bn.br&pagfis=14774>. Acesso: 07 de julho de 2025.

Jornal O Libertador, Título: Correspondência. Ano: 1883. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pesq=sucatinga%20es cravo&hf=memoria.bn.br&pagfis=1241>. Acesso: 07 de julho de 2025.

Jornal O Libertador, Título: S. Libertadora. Ano: 1883. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pesq=C%C3%B4n ego%20Bessa&hf=memoria.bn.gov.br & pagfis=1194> . Acesso: 07 de julho de 2025.

Jornal Libertador. Ano 1884. Disponível em: <https://encr.pw/xM5Mu>, acesso em: 11 de julho de 2025.

Jornal Libertador. Ano: 1881. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pesq=escravos%2 0cascavel&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=64>. Acesso: 07 de julho de 2025.

Coleção de Mapas Históricos de David Rumsey. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~305752~90076435:VII --Provincia-do-Ceara?qvq=q:cear%C3%A1;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=5#>, Acesso em: 11 de julho de 2025

Os Autores

Pedro Pereira do Nascimento

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Patrício Carneiro Araújo

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Recebido em 07/2025 • Aprovado em 08/2025 • Publicado em 09/2025